

ECONOMIA POLÍTICA E DIMENSÃO TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO*

Carlos Antônio Brandão

Resumo

Esta nota procura discutir o que seriam os elementos-chave para a pesquisa da dimensão espacial do processo de desenvolvimento capitalista. Propõe a perspectiva de que para a devida análise crítica do movimento desigual da acumulação de capital no espaço seria necessário verificar articuladamente os processos de homogeneização, integração e polarização dos recortes territoriais.

Podemos dizer que todas as correntes do pensamento social que procuraram abordar o complexo processo de desenvolvimento desigual dos espaços regionais, apresentaram alguma proposição teórica acerca de três dimensões e forças que determinam mudanças nas territorialidades de cada sociedade, que estão expressos nos três conceitos fundantes das análises que tratam dos recortes espaciais: homogeneização, polarização, integração. Entendemos que estes conceitos hoje requerem reatualização, pois foram concebidas e utilizadas em realidades bastante diversas da colocada pelo novo momento do processo de mundialização do capital.

Desde logo, cabe um conjunto de alertas. Estas notas procuram mapear algumas questões que entendemos fundamentais para os estudos sobre a dimensão espacial do processo de desenvolvimento capitalista.

Também deve se esclarecer que estas três conceitos, mesmo retrabalhados, não possibilitam o estabelecimento de leis gerais de movimento, ou seja, o entendimento da dimensão espacial do processo de desenvolvimento não pode prescindir, em nenhum momento, da História. Concordamos com Pacheco (1998: 32) quando este afirma que “a discussão sobre regiões, é desde logo uma problemática afeita ao desenvolvimento do capitalismo e à conformação de padrões de divisão do trabalho que se diferenciam espacialmente, com a conseqüente diferenciação econômica do espaço e, portanto, também dos sujeitos que habitam este espaço. Mas se o entendimento deste processo exige uma formulação teórica, esta formulação não se confunde com leis gerais. Trata-se de um processo eminentemente histórico-genético

(...) Isto não significa obrigatoriamente ancorar-se numa proposta historicista, mas significa reconhecer que a elaboração teórica sobre este processo não tem como fugir da fixação de suas condições históricas”.

Outro alerta importante é que os conceitos de homogeneização, polarização e integração devem ser formulados em planos teóricos distintos, fruto que são de determinações bastantes diversas. Estando posicionados em âmbitos diferentes de análise não são deriváveis dos mesmos elementos e a passagem de um para outra envolve necessariamente inúmeras mediações teóricas que estão por ser construídas. Vários exemplos dos equívocos cometidos no estudo da relação entre tais conceitos podem ser encontrados em diversas passagens dos especialistas da área. Assim, Boudeville (1973) afirma que “a ausência de homogeneidade é a medida da ausência de integração”; Lipietz (1977) diz que “a homogeneidade é constitutiva de polarização (sem articulação não há polarização) e reciprocamente sem campo de forças sociais não há senão unidade formal do espaço considerado” e Aydalot (1988) por sua vez ensina que “o que define um espaço não pode ser um critério de homogeneidade, senão pelo contrário, um critério de complexidade”.

A tríade de conceitos proposta neste ensaio pode, acreditamos, se constituir em elemento fundante de uma Economia Política que assuma como constitutiva a dimensão espacial dos processos econômicos e sociais.

Devemos fugir das proposições, como inúmeros autores o fazem, de uma tentativa de “incorporação do espaço à análise”, vindo sempre após um tratamento a-espacial de um objeto, no qual seria posteriormente acrescentada a “variável” espaço. Ou das tentativas de tratar o espaço ora como espelho das relações sociais, ora como limitação objetiva que se impõe ao avanço das relações sociais. Entendemos que a dimensão espacial é constitutiva do próprio objeto da economia política, não cabendo, portanto, qualquer “acrescentamento” *ex-post* da dimensão espacial do processo de acumulação de capital a um modelo que antes não continha “atributos espaciais”. Como afirma Massey (1995: 1), o espaço é relacional: “To say that space is relational means both that it should not be conceptualised as some absolute (that is to say, pre-existing) dimension and also that it is actually *constructed out of*, is a product of, the relations between social phenomena”.

Reconceituando o Processo de Homogeneização Capitalista

A abordagem aqui proposta se afasta completamente da discussão de espaço homogêneo da *Regional Science*. Ou seja, este conceito deve ser afastado de qualquer idéia de otimização, convergência ou equipotência “espacial”, bem como de critérios de semelhança e de contiguidade. Boudeville (1973), por exemplo, irá tratar a homogeneização como “medida dos fatos (isto é, maior ou menor uniformidade)”, não focalizando as diferenças interiores de um determinado recorte espacial, para centrar a análise em alguns traços comuns a certo agrupamento humano e geográfico. O interessante é que, embora a homogeneização tenha sido usada como critério para delimitar fronteiras, discutiremos aqui como a natureza do processo homogeneizador que interessa é justamente a de “desfazer fronteiras”, abrindo horizontes sem delimitações para a acumulação ampliada do capital.

Propomos que toda a ênfase da análise espacial deva recair no processo de homogeneização de relações, isto é, de “equalização”, enquanto tendência, requerida pelo capital de relações de produção mais apropriadas a seu movimento unificado de valorização, ou seja, de condições “mais igualitárias” para a sua reprodução ampliada. Certamente, o capital não requer e não engendra qualquer igualação de níveis de desenvolvimento do conjunto das forças produtivas.

Realizar a separação de características comuns (topográficas, climáticas, etc.) de uma determinada porção territorial (para contrapô-las a dessemelhanças extra-fronteira sob análise), pouco permite avançar na análise da dimensão espacial do processo de desenvolvimento. Focalizar identidades regionais, buscando mostrar a harmonização e a coesão comunitárias e igualitárias de um espaço visto como contínuo e forçando a construção de uma personalidade própria e fundada em idiossincrasias localizadas, serve perfeitamente para a construção de uma pauta de reivindicações regionalistas, mas atrapalha a investigação crítica dinâmica concreta de um determinado recorte territorial. Em outras palavras, a homogeneização não deve ser associada a nenhuma idéia de solidariedade de uma “comunidade” particular, mas às imposições do próprio movimento universalizante do capital. Ou seja, pode esclarecer os elementos

progressistas que o regime capitalista de produção desenvolve na sociedade.

A maioria dos pensadores clássicos do marxismo ressaltaram, em alguma medida, em espaços e tempos diversos, o caráter “civilizatório” do sistema. Trotsky (1930: 87), por exemplo, afirmou que “o capitalismo prepara e, até certo ponto, realiza a universalidade e permanência na evolução da humanidade”. Lênin (1907: 31), da mesma forma, destacou o “histórico papel progressista do capitalismo, que destrói o isolamento e o particularismo (e, conseqüentemente, a estreiteza da vida espiritual e política) dos antigos sistemas econômicos, reunindo todos os países do mundo numa só totalidade econômica”.

É próprio deste modo de produção criar, destruir e recriar novas bases, espaços e condições para sua expansão, construindo e alargando mercados e horizontes ampliados para a valorização. Neste sentido, este processo homogeneizador de suas bases e requisitos de acumulação estendida deve ser encarado através do vetor da acumulação capitalista de busca da valorização unificada e da universalização da mercadoria. Ou seja, da própria definição de capitalismo enquanto regime social que leva a mercantilização às últimas conseqüências. O processo homogeneizador é atinente: à imposição pelo capital, em qualquer espaço, de seus pressupostos imanentes, à capacidade do mesmo em incorporar massas humanas à sua dinâmica, à atração de todos os entes à órbita de seu mercado; à subordinação a si de todas as unidades societárias, à busca de construção de um espaço uno de acumulação e à destruição de quaisquer barreiras espaciais e temporais que possam gerar atritos e fricções ao seu movimento geral.. As formas superiores de capital invadem, penetram e atravessam os mais distantes espaços localizados, globalizando-os, constituindo novos e aprofundando e renovando mercados enquanto construtos sociais.

Neil Smith (1984) lembra passagens em que Marx aponta o caráter “nivelador” e “igualador” do capital ao exigir em cada esfera da produção igualdade de condições de exploração do trabalho. Neste contexto, os determinantes da homogeneização, da “igualação”, da equivalência das condições reprodutivas do capital se impõem em todo e qualquer lugar. O resultado final deste processo será a unificação da dinâmica da acumulação. Em outras palavras, é próprio do movimento do capital a aniquilação do espaço pelo tempo, a força dissolvente de relações arcaicas e a mobilidade e

flexibilidade espaciais, subsumindo as diferenciadas frações do capital em um mesmo movimento geral.

Caberia ressaltar que é preciso muito cuidado no tratamento desta dimensão “espacial” do capitalismo porque ela não tem nada de niveladora de desigualdades. Na verdade, este processo homogeneizador (de relações) cria e recria estruturas heterogêneas constantemente. Sem o adequado entendimento desta força dissolvente e “preparadora de terreno” adequado à valorização ampliada fica impossível analisar a origem das próprias assimetrias geradas pelo processo de acumulação do capital em seu avanço espacial.

A seguir procuraremos apontar como estas estruturas heterogêneas engendradas no próprio processo de homogeneização de relações capitalistas são enlaçadas e, crescentemente, vinculadas a partir da dominância de formas superiores de capital, presentes nas áreas onde o nível de desenvolvimento das forças produtivas alcançou dimensão suficiente para requerer inexoravelmente uma divisão social do trabalho suprarregional e, portanto, uma potente articulação inter-regional que invade e integra os espaços localizados e circunscritos em uma “lógica global”.

Reconceituando o Processo de Integração Capitalista

O âmbito de análise onde deve-se reconceituar a integração deve ser o contexto do processo coercitivo da concorrência, como seletividade impositiva, que irá operar naqueles espaços alargados e horizontes abertos pela homogeneização. Após este último processo ter “limpado o terreno”, ao “nivelar” as condições reprodutivas ambientais e construir as arenas para a valorização desimpedida de obstáculos extra-econômicos, a pugna entre as diversas unidades de riqueza pode se dar nos construtos sociais denominados “mercados”. De forma totalmente diversa da concepção liberal em voga, a integração é um processo de enfrentamentos em um ambiente nada idílico, determinada que é, em última instância, pelo processo concorrencial, infligidor de normas, que necessariamente desencadeará rupturas, transformações, conquistas e tentativas de preservação de espaços e horizontes para a reprodução ampliada do capital.

A integração é sempre um processo contínuo e de difícil reversão, que exerce influência complexa e contraditória sobre as regiões aderentes, que serão engolfadas em adaptações recíprocas, com intensidades e naturezas diversas, destacando-se, evidentemente, a potência do vetor “centro dinâmico” => “periferia”, embora nunca possa ser encarada como unidirecional.

A provocar o avanço da divisão social do trabalho e impor especializações, insere as economias aderentes num processo de recondicionamento, forçando-as à convergência e à reacomodação das estruturas produtivas regionais. Quando acelera-se o processo interativo, acirra-se a concorrência inter-regional, colocando face a face estruturas produtivas diferentes. Os mercados regionais passam a ser expor à pluralidade das formas superiores de capitais forâneos. Na esteira da incorporação multiplicam-se as interdependências e as complementaridades regionais, podendo acarretar o aumento tanto das potencialidades, transmitindo os estímulos, quanto das vulnerabilidades regionais dos espaços localizados que “se abrem”. Metamorfoseia-se a densidade econômica de pontos seletivos no espaço; sua capacidade diferencial de multiplicação, reprodução e geração de valor e riqueza; sua capacidade de articulação interregional; o grau e a natureza das vinculações e a densidade dos circuitos “produtivos”. Mudam e diversificam-se os fluxos, o movimento de seus eixos de circulação e seu potencial produtivo.

À medida que avançam as vinculações mercantis e acelera-se o concerto de uma divisão inter-regional do trabalho, torna-se cada vez mais evidente o contraste com a fase pré-integração. Naquele momento pretérito, consolida-se uma verdadeira constelação de núcleos isolados, em que vigoram rarefeitas relações mercantis, compondo um verdadeiro mosaico de “regiões” dispersas. Nestes espaços, dada a precariedade das comunicações inter-regionais, os segredos -base de sustentação do capital mercantil- são preservados e utilizados na constituição e manutenção de canais especiais para acessar privilégios e benesses junto ao Poder Público, circunscrevendo o seu domínio àqueles espaços de acumulação mais atrativos para a valorização de suas massas de capital, mantendo-os sobre o controle da classe dominante local.

Assim, no período anterior à integração, só muito precariamente são colocadas em

contato as estruturas produtivas e mercantis de cada espaço regional. Não está posta a questão do enfrentamento entre as diversas unidades de riqueza localizadas nos diversos pontos do espaço nacional. Diversos obstáculos se antepõem ao avanço da concorrência inter-capitais locais/regionais e ao estabelecimento de laços de complementaridade inter-regionais.

A região dominante, alicerçada em privilegiadas relações capitalistas de produção, em relação ao resto do país, pode alavancar sua economia, diversificando-a e dinamizando-a à frente das demais, ampliando seu mercado interno e arvorando-se à conquista e ao domínio dos até então mercados “regionalizados”. Assim, a capacidade de expansão e extroversão da economia hegemônica, buscando espaços de valorização renovados para seu imenso potencial de acumulação de capital, acaba por unificar o mercado nacional. Assim, para o caso concreto do Brasil, de acordo com Cano (1998: 313), “a economia paulista, sendo o núcleo de acumulação produtiva do país, ao crescer imprimia também determinações (regionalmente diferenciadas, é claro) de crescimento aos seus complementos econômicos espaciais (as demais regiões)”.

A ação das forças da integração geralmente se mostra um longo, contraditório, heterogêneo e conflituoso processo em que os espaços regionais circunscritos e capsulares vão sendo enredados a partir daquele(s) espaço(s) onde prevalecem formas superiores de acumulação e de reprodução econômica.

Assim, constata-se que a dinâmica da acumulação de capital geralmente logra, em um processo de longa duração, integrar a economia nacional, formando um único espaço nacional de valorização, embora este processo pouco tenha a ver com a diminuição das especificidades e dos desequilíbrios intra e inter-regionais.

Os “padrões de reprodução das diversas frações do capital e da força de trabalho seguem sendo diferenciados, ainda que subordinados a uma mesma dinâmica geral” (Pacheco, 1998: 27). Não há no processo, suavização dos desníveis regionais, ao contrário, a integração põe em toda sua inteireza a questão do fosso no nível de desenvolvimento das forças produtivas entre as regiões. Assim, é importante perceber este aspecto do “processo de integração trazendo a desintegração de estruturas

preestabelecidas” Rolim (1994: 75), impondo a conscientização da natureza desigual do processo de desenvolvimento capitalista e explicitando uma “questão regional”, que ganha foros de problemática concreta a ser enfrentada no/pelo Estado. Isso só acontece quando consolida-se uma economia nacional integrada, diversificada e complexa (que tenha estabelecido e cristalizado uma divisão inter-regional do trabalho). Assim, a constituição, de modo irrecorrível, de um “mercado interno” não nega, antes reafirma e explicita, os descompassos, assimetrias e disritmias do processo de transformação na dinâmica dos diferenciados espaços regionais, expondo, de forma eloquente, as heterogeneidades estruturais inter-regionais (‘desequilíbrios regionais’), as forças desintegradoras e criando uma densidade social para a reivindicação de políticas compensatórias. Em outras palavras, só se pode falar rigorosamente de desigualdades marcantes que conformam e legitimam uma “questão regional” após o processo de integração ter “realizado suas tarefas”.

A partir da consolidação deste processo torna-se impossível qualquer experiência de engendrar-se, ao nível de uma única região, uma matriz produtiva densa e integrada, isto é, “completa” regionalmente. Inescapavelmente resta a cada região desprender-se de qualquer “ingenuidade” de buscar autonomia econômica, nada mais podendo fazer do que inserir-se especializada e complementarmente em elos específicos das cadeias produtivas constitutivas da “matriz produtiva nacional”, que se encontra espacializada por todo o território doméstico.

Note-se que a natureza daquele entrelaçamento de espaços diferenciados é bastante distinta segundo o grau alcançado pelo desenvolvimento das forças produtivas, tanto no ‘centro’ quanto nos diversos espaços periféricos. Cada espaço constitutivo da diversidade regional acaba sucumbindo, de forma singular, ao enquadramento e à hierarquização provenientes do espaço regional hegemônico. Todas as regiões encontraram seu “*locus*” de vinculação na equação produtiva nacional, comprometendo, desse modo, sua autonomia econômica. A impactação intra-regional no momento do (e posteriormente ao) engate de cada região no “quadro nacional” é (des)estruturante, uma vez que os “espaços internos” a cada região metabolizarão, de maneira distinta, este processo.

Consolidado o processo de formação e integração do mercado nacional, as economias

regionais periféricas são impedidas de levar à frente qualquer projeto de “repetir os passos” da região dominante. Resta, então, tão-somente integrar-se complementarmente à economia do pólo dinâmico da acumulação, submetendo-se e enquadrando-se a uma hierarquia comandada por aquele centro do processo de decisões atinentes ao processo de acumulação de capital, que passa a ditar o ritmo e a natureza da incorporação de cada região do “*ranking*” nacional, vetando o que não fosse aquela “articulação possível” em cada momento, e eventualmente gerando efeitos de destruição naquelas regiões que ousassem enfrentar os requerimentos emitidos pelo núcleo da acumulação de capital . “Unidades de poder de valorização e expansão econômicas” -capitais- se disseminaram e se defrontaram em todo o território nacional, conformando uma estrutura produtiva densa, integrada, complexa e diversificada, que se localiza em diferentes parcelas do espaço geográfico nacional.

Amplificam-se e adensam-se os fluxos entre as regiões e a relação centro-periferia ganha nova dinâmica e natureza, transformando-se, inclusive, as pautas de comercialização regional, com a periferia implantando e diversificando sua indústria, complementarmente ao pólo. Posta a integração, a potência e a “centralidade” deste “núcleo da acumulação” devem ser analisadas, perquerindo-se acerca de seu papel polarizador.

Reconceituando o Processo de Polarização Capitalista

Diferentemente da preocupação com a delimitação de fronteiras, que a discussão conservadora da chamada ciência regional propõem com a discussão da “região homogênea”, a análise que é feita da “região polarizada” nesta corrente teórica recai sobre a potência do “ponto nuclear” do espaço previamente delimitado.

A terceira dimensão que deve estar presente em qualquer abordagem que não descure dos aspectos espaciais do processo de acumulação de capital é a da **polarização**. Esta deriva da própria natureza desigual e combinada do desenvolvimento capitalista. O processo de desenvolvimento das forças produtivas engendra polaridades, “campo de

forças” desigualmente distribuídas no espaço, ou seja, estruturas de dominação fundadas na assimetria e na irreversibilidade, que ainda serão reforçadas pela inércia dos investimentos em capital fixo concentrados naquela área central, marcada por forças aglomerativas. Apesar de contemplar a necessária interdependência entre distintas áreas, esta atração pelos pontos nodais funda-se na heterogeneidade e no exercício unilateral do poder e da potência do “centro” sobre algum tipo de “periferia”.

A polarização tem como fundamento a cumulatividade dos processos econômicos, o crescimento necessariamente não-balanceado, não-generlizado e de transmissão bloqueada na maior parte do tempo (e dos lugares). Em um nível mais geral, deriva dos processos de concentração e centralização do capital e de seus desdobramentos no espaço, embora entre um e outro, inúmeras mediações são requeridas. Na verdade é decorrente da heterogeneidade estrutural e da própria ação, até por inércia, das forças aglomerativas presentes no espaço geográfico capitalista. Brotando do próprio intercâmbio e das complementaridade que vão sendo armadas entre diferentes porções do território, costuma ser mensurado pela potência das interligações e pela intensidade dos fluxos estabelecidos.

Boudeville (1973) irá tratar da polarização como medida dos processos (maior ou menor interdependência e hierarquia). Como exemplo da grande confusão conceitual que se estabeleceu em torno deste fenômeno o autor afirma “ a região polarizada é integrada, sem ser uma autarcia” (p.14). Mas grande parte da utilização deste conceito passa pela questão das “vinculações funcionais” estabelecidas, ou seja, de como as unidades heterogêneas, estreitamente interrelacionadas, articulam-se funcionalmente (Furió, 1996)

O processo de geração de polarizações é inerente ao desenvolvimento capitalista. Este modo de produção continuamente desenha e redesenha “novas geografias”, engendrando novas escalas, novos pontos nodais, rearranjando as forças da polarização, heterogeneidade e dominação regionais. Consolidam-se núcleos dinâmicos de comando que exercem diferentes espécies de atratividade e dominação e geram estratégicos pontos, eixos e nós de maior ou menor potência reprodutiva e capacidade de apropriação do seu entorno mais ou menos distante.

Atualmente, encontramos um novo caráter da influência exercida de alguns pontos do espaço sobre outros: as relações entre as regiões dominantes e regiões subordinadas têm se transformado no sentido da crescente importância do “espaço dos fluxos” *vis-à-vis* o “espaço dos lugares”.

Assim, a noção de polarização não precisa e não deve ser associada a conceitos do tipo indústria motriz, efeitos de filtração, etc. e nem estar sempre associada necessariamente, como ocorreu no passado, de alguma forma, à variável distância. Cada vez mais, a pesquisa regional e urbana deve encerrar um mapeamento exaustivo e complexo de localizações, movimentos, redes (direção e sentido), fluxos (origens e destinos) e nós (entrelaçamentos). Neste sentido, a importante e cada vez mais freqüente pesquisa da matriz espacializada de investimentos ajuda a entender uma parte do processo, mas perde o sentido e a natureza da dominância exercida pelos *controlling cores* das grandes corporações e grandes fortunas sobre o desempenho das áreas periféricas. Ou seja, é o poder de controle crescente dos *headquarters* do grande capital que possibilita “ondas desconcentracionistas” a partir do centro. Em outras palavras, é a potência e a eficácia das forças centrípetas que permite a ação das forças centrífugas.

A discussão da gravitação, a partir de alguns poucos pontos focais, impõe a discussão da capacidade e do poder de decisão diferencial acerca do conjunto de elementos que dão sustentação ao processo de acumulação de capital. Em outras palavras, há que se analisar, a partir do *core* do sistema, o grau de autonomia da reprodução de suas formas dominantes de valorização, para questionarmos o potencial de gestão e ordenamento sobre o conjunto nacional.

Desafios Postos pela Atualidade para os Estudos da Dimensão Espacial do Processo de Desenvolvimento Capitalista

As profundas transformações que estão se processando nas temporalidades e espacialidades do sistema capitalista em escala mundial neste momento colocam uma série de desafios para a análise da expressão espacial destes processos de densas e rápidas mudanças sociais.

Estas transformações verificadas no quadro mundial da atualidade e o conseqüente redesenho da geografia econômica mundial colocam uma agenda ampla e complexa de importantes questões que devem fazer parte do debate acerca do estatuto, hoje, do recorte regional e das metamorfoses do movimento da acumulação de capital em sua dimensão espacial. O grande desafio é, então, procurar responder à intrigante questão: Frente à atual onda de “globalização”, que papel resta às regiões desempenhar?

As tentativas de resposta a esta difícil questão depararam-se com uma insuficiência do quadro teórico da chamada “economia regional e urbana”. Basicamente duas grandes correntes do pensamento social procuraram dar conta da problemática das diversidades regionais. Uma primeira, amparada pelo positivismo, conhecida como “Ciência Regional”, que em seu tratamento econômico de extração neoclássica procurou pensar as causas da ineficiência alocativa de recursos escassos no espaço, pesquisando “a diferenciação e inter-relação de áreas num universo de recursos desigualmente distribuídos e imperfeitamente móveis” (Dubey, 1964: 26). Uma segunda corrente, de extração marxista, buscou examinar as diversidades entre as regiões, sob o prisma do movimento da acumulação de capital. Talvez, poder-se-ia acrescentar uma “terceira via”, de corte “keynesiano” que buscou analisar os mecanismos de determinação e medição das rendas regionais e propor ações estatais de Planejamento Regional. Entretanto, tal perspectiva acabou por emaranhar-se e esterilizar-se na primeira corrente listada, de base neoclássica.

Assim, uma ampla agenda de pesquisas se abre na atualidade, impondo uma espécie de “retematização” das diversidades regionais capitalistas. Em escala global, a realidade do desenvolvimento desigual dentro das diversas nações e blocos de nações vem sendo crescentemente diagnosticado e submetido a intervenções públicas compensatórias. A celeridade e a dimensão das revitalizações, desindustrializações, realocalizações regionais é impressionante. Engendram-se novas interdependências setoriais e territoriais, redefinindo circuitos produtivos regionais/locais, (re)criando novos usos das heterogeneidades espaciais pelo capital, atualizando e desatualizando fluxos de mercadorias e redes de poder. Neste novo contexto mundial, onde ordena-se e impõe-se, em uma escala geográfica condensatória, a reprodução material e afirma-se a “totalidade empírica”, de que nos fala Milton Santos, contrapondo o mundo e o

local, é preciso reproblematicar a região: “a crescente importância da escala planetária na organização da economia, das finanças, das redes de poder tem, paradoxalmente, reforçado a importância das decisões nas escalas regionais e locais. O recrudescimento dos nacionalismos, regionalismos e localismos obriga-nos a encarar novos problemas e novos aparatos conceituais para a pesquisa regional” (Castro, 1994:158). As mudanças tecnológicas e os imperativos da globalização têm colocado novos requisitos locais, reafirmam-se e negam-se externalidades locais e regionais, desconstroem-se regiões. Tendências e contratendências medem suas respectivas forças. Muitas ainda não tiveram o tempo e a circunstância adequados para sua efetivação. Observadores menos atentos sugerem o fim das escalas intermediárias entre o local e o global.

O início do enfrentamento de tão complexas questões passa pelo levantamento mínimo das poderosas contradições postas neste objeto, que encontra manifestação em vários movimentos paradoxais que, *grosso modo*, poderia ser sintetizado naquele eleito por Harvey (1992): “quanto menos importantes as barreiras espaciais, tanto maior a sensibilidade do capital às variações do lugar dentro do espaço e tanto maior o incentivo para que os lugares se diferenciem de maneiras atrativas ao capital”. Mas listemos algumas contradições, que se exacerbam no momento contemporâneo.

É incontestável, que o movimento da acumulação de capital se processa, em sua expressão espacial, de forma mutável, parcial, diversa, irregular e com alta seletividade. As manifestações no espaço, da valorização e da riqueza, são altamente discriminatórias. Existe assim, um processo de busca e seleção por pontos do espaço que ofereçam maior capacidade de apropriação privada de rendimentos e onde valorizar o valor seja mais fácil.

Como afirmamos desde o início, não há sentido em buscar o entendimento de qualquer destes fenômenos “fora da história”. O movimento da acumulação de capital, sobretudo em sua face homogeneizadora de relações, vai buscar suplantá-las, a durabilidade das formas, estruturas, relações e processos pré-existentes que soem limitar e dirigir as transformações em curso requeridas por aquele movimento. Este é um processo conflitivo e contraditório que nunca se completa plenamente e “de uma vez por todas...”. O capital é contraditoriamente universalizante e particularizador.

Isto porque, por um lado, o capital busca valorizar-se sem confinamentos regionais/espaciais. Generalizando suas relações, procura impor e tornar comum sua lógica, circulando seus valores, símbolos e informações supra-regionalmente, gestando em seu cosmopolitismo um espaço e um mercado uno. No Manifesto Comunista, Marx (1848: 97) afirma que “O capital necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte...”. Estas são determinações de natureza genética do capital enquanto relação social, que encontram-se em uma fase superior de mundialização no presente, onde “o capital flui e suas atividades induzidas de produção/gerenciamento/distribuição espalham-se por redes interconectadas de geometria variável” (Castells, 1999). Seria a desterritorialização e a dissolução das regiões, a derrota das especificidades, até se confundirem com o “espaço total”? Existiria a possibilidade concreta de um momento superior de “suplantação do espaço e invalidação do tempo” (Castells, 1999) ou de “aniquilação do espaço pelo tempo” (Harvey, 1989).

Por outro lado, ao mesmo tempo, a natureza desigual do processo de acumulação engendra um espaço múltiplo. “O capital não somente produz o espaço em geral, mas também produz as reais escalas espaciais que dão ao desenvolvimento desigual a sua coerência” (Smith, 1988: 19). As manifestações dos processos de produção, consumo, distribuição, troca (circulação) são marcadamente diferenciadas espacialmente. Segundo Castells (1999), crescentemente, o capital é global, mas o trabalho é local. Um aumenta sua coordenação global no espaço dos fluxos. O outro se individualiza no espaço dos lugares.

À medida que as fronteiras territoriais são redesenhadas (apagadas segundo alguns) várias hipóteses são levantadas procurando dar resposta à contradição de que mesmo com o capital universalizado, acentuam-se os particularismos localistas. A visão liberal-conservadora, representa por (Ohmae, 1993) discute a “disfuncionalidade” do Estado-nação frente ao processo globalizante e abarcativo. Considera que o recorte nacional conforma uma unidade não-natural para o *borderless world*. A eficiente escala - a regional - é a que vê constantemente seus contornos serem ratificados pelo mercado e que possui capacidade de justificar infra-estrutura (redes de comunicações, transportes e serviços profissionais de qualidade), justificando a eficiência das ações

do que ele denomina de *region state*.

Realmente, assiste-se atualmente ao crescente poder de veto, bloqueio e burla de grupos nitidamente demarcados territorialmente, com inúmeros movimentos vocalizando demandas com expressões regionalistas, ondas de separatismos se propagam, fragilizando as ações dos Estados nacionais e desintegrando pactos federativos. Com o aprofundamento da crise, inúmeros grupos de pressão regionais procuram vocalizar suas demandas e o regionalismo nada mais é que a expressão política destes grupos buscando construir sua identidade no recorte territorial, mobilizando-se para o enfrentamento a outras unidades e escalas espaciais junto ao Estado. A coesão é criada simbolicamente, com a elite local articulando o discurso “em prol dos interesses legítimos da região”. Os donos do poder local instrumentalizam-se contra os valores universais e reacendem toda sorte de particularismos.

Neste contexto fragmentador, reforçam-se as lógicas autonômicas que crêem na força de seu potencial endógeno de enfrentamento, bastando cumprir a “agenda estratégica com a qual possam assegurar a inserção competitiva” (Compans, 1999: 91). Assim, coloca-se o questionamento de que lógicas “regionais” poderiam estar atravessando ou “passando por cima” e ao largo da “jurisdição” e da “alçada” dos Estados nacionais ?

Para o enfrentamento adequado de tais questões complexas será preciso um novo esforço teórico que passa, a nosso juízo, pela reconstrução dos três conceitos básicos inerentes à expressão espacial do desenvolvimento capitalista: homogeneização, integração e polarização. Entendemos que estes conceitos devem apreender estas três indissociáveis dimensões, processos e forças explicativas do processo de desenvolvimento desigual da acumulação de capital no espaço.

Entretanto é preciso ter cuidado para não cair, nem em “abstrações científicistas”, ou seja, entender o espaço e o tempo de forma apartada da ação social de sujeitos concretos, nem em “historicismos” dos meros estudos caso a caso.

Neste sentido, os estudos dos padrões de desenvolvimento regional deveriam

incorporar um quarto e último elemento fundante das relações intra e entre espaços e escalas geográficas: a **hegemonia**. Inicialmente cabe uma advertência de que este é o “objeto terminal” da economia política da espacialidade capitalista. É neste âmbito que se deve esclarecer como a questão das diversidades regionais se coloca inescapavelmente enquanto uma questão de Estado, expressa como uma “Questão Regional”. A equação política e a correlação de forças presentes em determinada Nação, apresentam marcantes cortes regionais/locais.

Com este conceito de inspiração gramsciana, queremos apreender os processos assimétricos em que um agente privilegiado detém o poder de ditar, (re)desenhar, delimitar e negar domínio de ação e raio de manobra de outrem. Assim, o poder hegemônico deverá ter poder de enquadramento e hierarquização de relações, processos e estruturas e ser o portador do novo (por exemplo, o domínio tecnológico). Deverá ter capacidade de iniciativa, de “endogenia de desenvolvimento”, de regulação e de administração dos limites e possibilidades si e dos outros. Dada uma certa correlação de forças, posta em determinado tempo-espaço, é preciso perscrutar a força coercitiva, os níveis e graus de “consentimento” para o domínio e exercício de direção que consolide um determinado “projeto de incorporação de todos” em sua órbita. Dessa forma, a afirmação enquanto núcleo hegemônico pressupõe algum grau de autonomia reprodutiva, de capacidade inovativa (em contraponto aos “outros” - os subordinados) e de direção persuasiva cultural-ideológica sobre o “conjunto nacional”, exercida no interior de uma determinada aliança. O ser hegemônico necessita ser minimamente “dono de seu próprio destino” para propor, articular e sustentar uma determinada unidade e administrar e centralizar uma “coesão nacional imaginária”.

Seria necessário um tratamento mais preciso destes conceitos no âmbito da Economia Política, que por sua própria natureza, não pode negligenciar a dimensão espacial dos processos de reprodução social da vida.

O avanço dos estudos regionais em um tal terreno, permitiria iluminar questões candentes como o esgarçamento dos pactos federativos, o uso de fundos públicos na reprodução das elites e fortunas regionais, a estrutura, as contradições e fissuras no bloco no poder e trazer elementos explicativos das dificuldades imensas em cimentar

pactuações legitimadoras em países continentais e desiguais como o Brasil.

Por fim, caberia lembrar que o estudo regional crítico só tem sentido se se indagar acerca das causas da perpetuação das “estruturas de dominação: de renda, propriedade, controle político, acesso ao Estado, etc.”. (Cano, 1998: 310). Os conceitos aqui levantados talvez pudessem contribuir para a melhor apreensão da natureza deste processo de desenvolvimento desigual, excludente e segregador.

Referências Bibliográficas

- BOUNDEVILLE, J. R. (1973). Os Espaços Econômicos. São Paulo, Difusão Européia do Livro.
- BRANDÃO, C. A. (1996). “Revisitando a Questão das Diversidades Regionais: notas preliminares para uma agenda de pesquisas”. Economia-Ensaio, Uberlândia, 10 (2): 29-44, junho.
- CANO, W. (1998). Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil (1930-95). Campinas, Unicamp.IE.
- CASTELLS, M. (1999). A Sociedade em Rede. São Paulo, Paz e Terra.
- CASTRO, I.E. (1994). “Visibilidade da Região e do Regionalismo” In: LAVINAS, L. et alii (1994). Integração, Região e Regionalismo. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- COMPANS, R. (1999). “O Paradigma das *Global Cities* nas Estratégias de Desenvolvimento Local” Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (1): 91-114, maio.
- DUBEY, V. (1964). “Definição de Economia Regional”. In: SCHWARSTZMAN, J. (1977). (Org.) Economia Regional: textos escolhidos. Belo Horizonte, CEDEPLAR/MINTER.
- FIORI, J. L. (1995). Em Busca do Dissenso Perdido. Rio de Janeiro, Insight Editorial.
- FURIÓ, E. (1996). Evolución y Cambio en la Economía Regional. Barcelona, Editorial Ariel.
- GOTTDIENER, M. (1985). A Produção Social do Espaço Urbano. São Paulo, Edusp.
- HARVEY, D. (1982). Los Límites del Capitalismo y la Teoría Marxista. México, Fondo de Cultura Económica, 1990.

- HARVEY, D. (1989). A Condição Pós-Moderna. Loyola, 1992.
- HOBBSBAWM, E.J. (1990). Nações e Nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- KUKLINSKY, A. (1988). Desarrollo Polarizado y Políticas Regionales: em homenaje a Jacques Boudeville. México, Fondo de Cultura Económica.
- LAVINAS, L.; CARLEIAL, L. & NABUCO, M. R. (Orgs.) (1993). Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil. São Paulo, Hucitec.
- LÊNIN, V. I. (1907). O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- LIPIETZ, A. (1977). O Capital e seu Espaço. São Paulo, Nobel, 1988.
- LIPIETZ, A. (1989). Miragens e Milagres. São Paulo, Nobel.
- MASSEY, D. (1995). Spatial Divisions of Labor: social structures and the geography of production. New York, Routledge. Second Edition.
- MAXIMOVA, M. (1974). Problemas Fundamentais da Integração Capitalista. Lisboa, Livros Horizontes.
- OHMAE, K. (1996). O Fim do Estado-Nação: a ascensão das economias regionais. Rio de Janeiro, Campus.
- PACHECO, C. A. (1998). Fragmentação da Nação. Campinas, Unicamp.IE.
- PAULA, J.A. (1994). “Economia Política e Ecologia Política”. In: LAVINAS, L. et alii (1994). Integração, Região e Regionalismo. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- ROLIM, C. F. C. (1994). “Integração x Integração: a busca dos conceitos perdidos”. In: LAVINAS, Lena et alii (1994). Integração, Região e Regionalismo. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- SMITH, N. (1988). Desenvolvimento Desigual. Rio de Janeiro, Forense.
- TROTSKY, L. (1930). A História da Revolução Russa. Rio de Janeiro, Saga 1967.